

## JUSTIFICATIVAS PARA REFORMA DO ESTATUTO DA SEBMV

A Equipe designada, após alguns encontros, verificou que o Estatuto atual necessita, basicamente de: melhorar sua organização (**compreensão do leitor sob a ótica do Art. 54**); diferenciar sócios (**efetivo/colaborador**); criar os cargos de Vice-Presidentes Doutrinário, de Assistência Social e Administrativo (**para melhor dinamizar a gestão**), readequar artigos que sofreram reflexos em consequência das alterações e, inserir artigos complementares como: exigir termo de compromisso para o exercício de atividades voluntárias na SEBMV e limitar cargos eletivos à funcionários não remunerados.

ARTIGO ATUAL	ARTIGO NOVO	JUSTIFICATIVA
	<b>CAPITULO I</b> <b>Da Denominação, os Fins, a Sede, e a Natureza Jurídica da Instituição.</b>	Adequação realizada em razão do Art. 54, do Código Civil Brasileiro, para melhor orientar ao leitor.
Artigo 1º - O presente Estatuto rege as atividades da Sociedade Espírita Bezerra de Menezes, organização <b>constituída nos moldes do art. 54 do Código Civil Brasileiro</b> , de fins não econômicos, fundada em 7 de abril de 1940, com seus atos constitutivos registrados no Cartório de Registro Especial de Títulos e Documentos da Comarca de Viamão, de duração indeterminada, estabelecida na rua Marechal Deodoro 185, na cidade de Viamão, onde está sua sede e foro. Associação de ordem religiosa, cultural, filantrópica, sem finalidade lucrativa, pessoa jurídica de direito privado, que	Artigo 1º - O presente Estatuto rege as atividades da Sociedade Espírita Bezerra de Menezes <b>de Viamão - SEBMV</b> , pessoa jurídica de direito privado, organização religiosa instituída nos <b>moldes do artigo 44, II, e § 1º do Código Civil Brasileiro</b> , de fins não econômicos, fundada em 7 de abril de 1940, na cidade de Viamão, município do Rio Grande do Sul, República Federativa do Brasil, com seus atos constitutivos registrados no Cartório de Registro Especial de Títulos e Documentos desta Comarca, estabelecida na rua Marechal Deodoro, 185, neste município, onde estabelece sua sede e foro, com duração indeterminada. Organização de ordem	O termo “instituição” é genérico, usado para designar as diferentes pessoas jurídicas sem fins econômicos. Regradas pelo Código Civil Brasileiro, CCB, assim determina em seu art. 44: “ <b>São pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações; II - as sociedades; III - as fundações; IV - as organizações religiosas; V - os partidos políticos.</b> § 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos...” Por se tratarem de pessoas jurídicas,

<p>serve desinteressadamente à comunidade, tendo por finalidades: a) o estudo, a difusão e a prática do Espiritismo; b) a orientação à infância, à juventude e à família; c) a assistência e a promoção social.</p>	<p>religiosa, cultural, filantrópica, de assistência social, sem finalidade lucrativa, que serve desinteressadamente à comunidade, tendo por finalidade: a) o estudo, a difusão e a prática do Espiritismo; b) a orientação à infância, à juventude e à família; c) a assistência e a promoção social.</p>	<p>possuem direitos e obrigações, sendo responsáveis pelos seus atos. Assim, destacou-se entidade privada, com personalidade jurídica e sem fins econômicos e organizações religiosas mencionadas no Art. em epígrafe. A Sociedade - SEBMV é constituída pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, com finalidade de caráter religioso. Portanto, a nova redação contempla a abrangência estipulada pelo CCB e enfatiza a relação de isenções previstas para tais instituições. Foi acrescido “de Viamão” ao nome da Sociedade Espírita Bezerra de Menezes para regularizar o logotipo “SEBMV” já utilizado.</p>
<p>Artigo 2º - Para a execução das tarefas expressas no artigo anterior, a <b>Associação</b> será mantida com recursos recebidos de seu quadro de <b>associados</b>, de convênios, de subvenções, de parcerias, de patrocínios, de eventos e de doações de pessoas físicas e jurídicas, podendo ainda desenvolver atividades comerciais, legalmente constituídas, com finalidade exclusiva de execução dos seus programas, projetos, planos, atividades e</p>	<p>Artigo 2º - Para a execução das tarefas, a <b>Sociedade</b> será mantida com recursos recebidos de seu quadro de <b>sócios</b>, de convênios, de subvenções, de parcerias, de patrocínios, de eventos e de doações de pessoas físicas e jurídicas, podendo ainda desenvolver atividades comerciais, legalmente constituídas, com finalidade exclusiva de execução dos seus programas, projetos, planos, atividades e tarefas. § 1º - A vida da Sociedade é orientada pelos</p>	<p>O termo <b>sociedade</b> refere-se a um sistema institucional formado por sócios. Pelo CCB, “Sociedade” e “Associação” assumem a mesma significação, ante ao Art. 44 do CCB (são pessoas jurídicas de direito privado). Para manter o nome tradicional – <b>Sociedade Espírita Bezerra de Menezes</b>, utilizou-se Sociedade para a nova redação. Portanto, o termo “Sociedade” utilizou-se em Substituição a “Associação” e “Sócio”</p>

<p>tarefas.</p> <p>§ 1º - Para fins de identificação de funções previstas neste Estatuto, <b><u>as pessoas físicas e jurídicas, doadoras de contribuições mensais, são denominadas colaboradoras.</u></b></p> <p>§ 2º - <b><u>As contribuições de colaboradores denominam-se doação; as contribuições de associados denominam-se mensalidade. Ambos os contribuintes serão admitidos mediante</u></b> o preenchimento de uma proposta formal de valor financeiro para a manutenção das despesas, sustentação e desenvolvimento dos programas, projetos, planos, atividades e tarefas da Associação.</p>	<p>princípios da Doutrina Espírita, que tem por base as obras de Allan Kardec, e dentro do espírito federativo, mantendo estreita cooperação com a Federação Espírita do Rio Grande do Sul.</p> <p>§ 2º - A Sociedade, objetivando integrar-se ao Movimento de Unificação do Espiritismo, é filiada à Federação Espírita do Rio Grande do Sul.</p> <p>§ 3º - As diferentes atividades sociais são regidas pelo presente Estatuto, pelo Regimento Interno que dele derivar e por Notas de Instruções expedidas pela Diretoria da Sociedade, de acordo com as recomendações da Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS e da Federação Espírita Brasileira – FEB.</p>	<p>para “Associado”, em todos os artigos da nova redação deste Estatuto.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>CAPITULO II</b> <b>Dos Sócios: Direitos e Deveres.</b></p>	<p>Adequação realizada em razão do Art. 54, do Código Civil Brasileiro, para melhor orientar ao leitor.</p>
<p>Artigo 3º - A vida da Associação é orientada pelos princípios da Doutrina Espírita, que tem por base as obras de Allan Kardec, e dentro do espírito federativo, mantendo estreita cooperação com a Federação Espírita do Rio Grande do Sul.</p>	<p>Artigo 3º - A Sociedade é composta <b><u>por duas categorias de sócios,</u></b> denominados colaboradores e efetivos, na forma deste Estatuto, do Regimento Interno e demais normas da Sociedade.</p> <p><b>§ 1º - Colaborador:</b> é a pessoa física, maior de dezoito anos, capaz, simpatizante da</p>	<p>Na redação do artigo anterior (Artigo 2º), <b><u>§ 1º... as pessoas físicas e jurídicas, doadoras de contribuições mensais, são denominadas colaboradoras.” e, § 2º “As contribuições de colaboradores denominam-se doação; as contribuições de associados denominam-se</u></b></p>

<p>§ 1º - A Associação, objetivando integrar-se ao Movimento de Unificação do Espiritismo, é filiada à Federação Espírita do Rio Grande do Sul.</p> <p>§ 2º - As diferentes atividades sociais são regidas pelo presente Estatuto, pelo Regimento Interno que dele derivar e por instruções expedidas pela Diretoria da Associação, de acordo com as recomendações da Federação Espírita do Rio Grande do Sul e da Federação Espírita Brasileira – FEB.</p>	<p>Sociedade, que queira ajudá-la, de forma voluntária e contínua, sem gozar do direito de votar e nem de acessar aos cargos da administração da Sociedade.</p> <p><b>§ 2º - Efetivo:</b> pessoa física, maior de dezoito anos, sem distinção de sexo, nacionalidade, raça ou posição social, que faça do Espiritismo sua única convicção religiosa e que aceite as obrigações deste Estatuto, do Regimento Interno e demais normas da Sociedade.</p> <p><b>§ 3º - Os contribuintes de ambas as categorias serão admitidos por indicação de um sócio efetivo e mediante o preenchimento de uma proposta formal, contendo, inclusive, o valor mensal definido pela Diretoria.</b></p> <p><b>§ 4º - O valor pago pelos Sócios colaboradores denomina-se contribuição; pelos sócios efetivos, mensalidade social.</b></p> <p><b>§ 5º - Os valores recebidos serão destinados a manutenção das despesas, sustentação e desenvolvimento dos programas, projetos, planos, atividades e tarefas da Sociedade, definidos pela Diretoria.</b></p> <p><b>§ 6º - É livre aos sócios contribuírem com quantia superior a fixada para suas categorias.</b></p> <p><b>§ 7º - E vedado ao funcionário remunerado exercer cargos na administração da sociedade.</b></p>	<p><b>mensalidade. Ambos os contribuintes serão admitidos mediante...”</b></p> <p>A alteração inserida no Artigo 3º, em razão da reorganização, se faz necessária para regularizar o quadro social da Sociedade Espírita Bezerra de Menezes de Viamão – SEBMV de acordo com o Estatuto.</p> <p>Assim, foi estabelecido: para aqueles que queira ajudá-la, de forma voluntária e contínua, podendo integrar ao quadro de sócio e participar, de forma efetiva, das atividades da SEBMV, denomina-se <b>Colaborador</b>.</p> <p>Diferencia-se do <b>sócio efetivo</b>, porque sua admissão segue a regra prevista no artigo 5º, do Estatuto atual.</p> <p>As formas de contribuições também devem ser distintas, por se tratar de origens diferentes. Para <b>colaborador, contribuição</b>, pois é de forma espontânea, sendo, para o Sócio Efetivo, um compromisso assumido ante ao artigo 6º, alínea d, da nova redação, e denomina-se <b>mensalidade social</b>.</p> <p>Acrescentou-se o § 7º que veda funcionário remunerado exercer cargos da administração.</p>
Artigo 4º - A Associação é composta por	Artigo 4º - A <b>Sociedade</b> é composta por	Adotou-se o termo <b>Sociedade</b> e m

associados, em número ilimitado, denominados efetivos, na forma do disposto neste Estatuto e no Regimento Interno.	<b>Sócios</b> efetivos, em número ilimitado, na forma do disposto neste Estatuto e no Regimento Interno.	Substituição a Associação e, <b>Sócio</b> para Associado, em todos os artigos da nova redação. (derivação correta da língua – sociedade/sócio).
<p>Artigo 5º - <b>Associado efetivo</b> é a pessoa física, maior de dezoito anos, sem distinção de sexo, nacionalidade, raça ou posição social, que faça do Espiritismo sua única convicção religiosa e que aceite as obrigações deste Estatuto, do Regimento Interno e demais normas da Associação.</p> <p>§ 1º - Os associados efetivos são admitidos pela diretoria, por proposta de qualquer associado.</p>	<p>Artigo 5º - <b>Constituem direitos do sócio efetivo:</b> a) votar e ser votado para cargos da administração, desde que civilmente capaz e que pertença ao quadro associativo por um período <b>não inferior a dois anos</b> e mantém-se ativamente estudando a Doutrina Espírita; b) discutir nas assembléias e votar sobre os assuntos em pauta; c) assinar petições para convocação de Assembleia Geral, desde que garantida à representação de um quinto dos sócios, na forma do disposto no artigo 60 do Código Civil Brasileiro; d) indicar à Diretoria candidatos ao quadro associativo.</p>	<p>Sócio em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio). Condicionou-se a um período não inferior a dois anos para a admissão de Sócio Efetivo.</p>
Artigo 6º - Constituem direitos do associado: a) votar e ser votado para cargos da administração, desde que civilmente capaz e que pertença ao quadro associativo por período não inferior a dois anos; b) discutir nas assembléias e votar sobre os assuntos em pauta; c) assinar petições para convocação de Assembleia Geral, desde que garantida a representação de um quinto dos	<p>Artigo 6º - <b>Constituem deveres do sócio efetivo:</b> a) estudar e esforçar-se por aprender a Doutrina Espírita, pautando seus atos pelos preceitos morais recomendados; b) atender ao chamamento de seus pares para os postos de abnegação e trabalho; c) cumprir e cooperar para que sejam cumpridas, com fidelidade, a letra estatutária, as disposições regimentais e as ordens da administração; d) satisfazer, com pontualidade, o pagamento da mensalidade</p>	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).

associados, na forma do disposto no artigo 60 do Código Civil Brasileiro; d) indicar à Diretoria candidatos ao quadro associativo.	social que, anualmente, for atribuída aos sócios; e) manter cadastro atualizado na secretaria da <b>Sociedade</b> .	
Artigo 7º - É livre aos associados contribuírem com quantia superior a que for fixada para suas categorias.	Artigo 7º - O <b>sócio</b> que deixar de pagar sua mensalidade durante seis meses consecutivos, sem motivo justificado, será notificado a respeito e suspenso do quadro associativo, se dentro de três meses não regularizar sua situação. § 1º - Os efeitos da suspensão implicam a perda temporária dos direitos previstos no artigo 5º deste Estatuto. § 2º - A regularização do pagamento das mensalidades determina o fim dos efeitos da suspensão.	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).  A realocação dos parágrafos foi decorrente da reorganização proposta.
Artigo 8º - Constituem deveres dos associados: a) estudar e esforçar-se por aprender a Doutrina Espírita, pautando seus atos pelos preceitos morais da mesma; b) atender ao chamamento de seus pares para os postos de abnegação e trabalho; c) cumprir e cooperar para que sejam cumpridas, com fidelidade, a letra estatutária, as disposições regimentais e as ordens da administração; d) satisfazer, com pontualidade, o	Artigo 8º - Incorrerá em justa causa para exclusão do quadro associativo, respeitado o amplo direito de defesa e contraditório, observado o que preceitua o Art. 57 do Código Civil, o <b>sócio</b> que: a) deixarem de cumprir as disposições estatutárias e as decisões da Assembleia Geral e instruções diretivas; b) tornar-se inconveniente ao meio social. § 1º - nenhuma penalidade será aplicada sem antes notificar ao <b>sócio</b> , da imputação atribuída, sendo-lhe dado o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ampla defesa e	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).



pagamento da mensalidade que, anualmente, for atribuída aos associados.	o contraditório, por escrito, à Diretoria. § 2º - a o <b>sócio</b> excluído poderá ser reintegrado depois de cessado e reparado o motivo de sua exclusão, caso em que, após o necessário requerimento, far-se-á novo processo de adesão ao quadro associativo, na forma estatutária.	
Artigo 9º - O associado que deixar de pagar sua mensalidade durante seis meses consecutivos, sem motivo justificado, será notificado a respeito e suspenso do quadro associativo se, dentro de três meses, não regularizar sua situação. § 1º - Os efeitos da suspensão implicam a perda temporária dos direitos previstos no artigo 6º deste Estatuto. § 2º - A regularização do pagamento das mensalidades determina o fim dos efeitos da suspensão.	Artigo 9º - O <b>Sócio</b> poderá, voluntariamente e a qualquer tempo, por requerimento formal, dirigido ao Presidente da Sociedade e consignado em ata da Diretoria, afastar-se do quadro de sócios.	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).  A redação atual do artigo 9º torna-se necessário para melhor definição para o Sócio efetivo, ao proceder em um afastamento.  A realocação dos parágrafos foi decorrente da reorganização proposta, já observada anteriormente.
Artigo 10º - Incorrerão em justa causa para exclusão do quadro associativo, respeitado o amplo direito de defesa, observado o que preceitua o Art. 57 do Código Civil, os associados que: a) deixarem de cumprir as disposições estatutárias e as decisões da Assembléia Geral e normas diretivas;	Artigo 10º - Ao <b>Sócio</b> efetivo ou colaborador, que exercer atividade na Sociedade, deve firmar <b>Termo de Compromisso com o serviço de voluntariado</b> , anualmente, na forma da legislação pertinente.	A nova redação do artigo 10º, onde foi acrescida a exigência do <b>Termo de Compromisso</b> com o serviço de voluntariado, para resguardar o aspecto patrimonial da SEBMV.  A redação anterior, o conteúdo foi realocado

<p>b) tornarem-se inconvenientes ao meio social.</p> <p>§ 1º - Nenhuma penalidade será aplicada sem que antes tenha sido feita notificação ao associado, da imputação que lhe seja atribuída, sendo-lhe dado o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa escrita à Diretoria.</p> <p>§ 2º - O associado excluído poderá ser reintegrado, desde que cessados e reparados os motivos da sua exclusão, caso em que, após o necessário requerimento, far-se-á novo processo de adesão ao quadro associativo, na forma estatutária.</p>		<p>para artigo 8º, em consequência a adequação realizada em função do Art. 54, do CCB (organização em capítulos)</p>
<p>Artigo 11º - Ao associado excluído não assiste qualquer direito à indenização ou reembolso de contribuições ou doações.</p>	<p>Artigo 11º - Ao <b>sócio</b> excluído não assiste qualquer direito à indenização ou reembolso de contribuições ou doações.</p>	<p><b>Sócio / Sociedade</b>, em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).</p>
<p>Artigo 12º - As penalidades prescritas para os associados nos artigos deste Estatuto e do Regimento Interno são de competência da Diretoria, cabendo recurso à Assembléia Geral, sem efeito suspensivo.</p>	<p>Artigo 12º - As penalidades prescritas para os <b>sócios</b> nos artigos deste Estatuto e do Regimento Interno são de competência da Diretoria, cabendo recurso à Assembleia Geral, sem efeito suspensivo.</p>	<p>Não houve nenhuma alteração.</p>
	<p><b>CAPITULO III</b> <b>Da Administração da Sociedade.</b></p>	<p>Adequação realizada em razão do Art. 54, do Código Civil Brasileiro, para melhor orientar ao leitor.</p>



<p>Artigo 13º – A Associação tem como órgãos de administração a Diretoria e o Conselho Fiscal, e como órgão de assessoramento à Diretoria, o Conselho Consultivo.</p>	<p>Artigo 13º – A Sociedade tem como órgãos de administração a Diretoria e o Conselho Fiscal, e como órgão de assessoramento à Diretoria, o Conselho Consultivo.</p>	<p>Não houve nenhuma alteração.</p>
<p>Artigo 14º - A Diretoria é constituída de Presidente e Vice-Presidentes, eleitos pela Assembleia Geral.  § 1º - Os demais cargos da administração serão nomeados pelo Presidente;  § 2º - No caso de vacância do cargo de Presidente, assumirá o Vice-Presidente se faltarem até seis meses para nova eleição. Se o período for maior do que este prazo, será convocada a Assembléia Geral, no prazo de trinta dias, para a eleição de novo Presidente;  § 3º - Se a vacância for relacionada com a Vice-Presidência, permanecerá vaga se faltarem até seis meses para a realização de novas eleições. Em se tratando de período maior, haverá convocação de Assembléia Geral para a indicação de novo titular.  § 4º - O mandato da Diretoria é de dois anos.</p>	<p>Artigo 14º - A Diretoria é constituída de Presidente e <b>três Vice-Presidentes de Área</b>, eleitos pela Assembleia Geral; <b><u>Vice-Presidente Doutrinário, Vice-Presidente de Assistência Social e Vice-Presidente Administrativo.</u></b>  § 1º - Os demais cargos da administração serão nomeados pelo Presidente;  § 2º - No caso de vacância do cargo de Presidente, assumirá o Vice-Presidente Doutrinário, de Assistência Social ou Administrativo, na forma estabelecida neste Estatuto e no Regimento Interno, se faltar até seis meses para nova eleição. Se o período for maior do que este prazo, será convocada a Assembleia Geral, no prazo de trinta dias, para a eleição de novo Presidente;  § 3º - Se a vacância for relacionada aos vice-presidentes, permanecerá vago o cargo se faltarem até seis meses para a realização de novas eleições. Em se tratando de período maior, haverá convocação de Assembleia Geral para a indicação de novo titular para</p>	<p>A nova redação do artigo 14º, a Diretoria da SEBMV passa a ser constituída de Presidente e <b>três Vice-Presidentes</b> (Doutrinário, de Assistência Social e Administrativo).  A proposta foi motivada por entender que há uma necessidade importante de dar maior atenção, a partir da gestão, aos aspectos de assistência social.  Entende-se que este seguimento, embora não podendo ser desvinculado do doutrinário no sentido epistemológico, carece de desmembramento, devido sua complexidade e significação ante ao próprio entendimento cognitivo da Doutrina Espírita. Da mesma forma, o Administrativo, responsável pela atividade meio (de apoio) também importante ao planejamento, organização e fluidez de todas as atividades da Instituição, torna-se razoável seu desmembramento, a partir do planejamento, ou seja, da gestão.</p>

	<p>ocupar o cargo vago. Mesmo critério será adotado para qualquer dos cargos de vice-presidente.</p> <p>§ 4º - O mandato da Diretoria é de dois anos.</p>	
Artigo 15º - O Conselho Fiscal é constituído de três membros efetivos e de igual número de suplentes.	Artigo 15º - O Conselho Fiscal é constituído de três membros efetivos e de igual número de suplentes.	Não houve nenhuma alteração.
Artigo 16º - O Conselho Consultivo é constituído pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e pelos ex-Presidentes.	Artigo 16º - O Conselho Consultivo é constituído pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes e pelos ex-Presidentes.	Não houve nenhuma alteração.
<p>Artigo 17º - São permitidas reeleições aos cargos da administração, <b>no máximo por dois períodos consecutivos</b>.</p> <p>Parágrafo Único – Entendem-se por cargos da administração os que decorrem do artigo 14º.</p>	<p>Artigo 17º - São permitidas <b>reeleições</b> aos cargos da administração, <b>no máximo por um período consecutivo</b>.</p> <p>§ 1º - Entende-se por cargos da administração os que decorrem do artigo 14º.</p> <p>§ 2º - Esgotada a possibilidade de haver novos candidatos dispostos ao pleito subsequente, será admitida, na forma deste Estatuto e Regimento Interno, a <b>rotatividade dos candidatos nos cargos</b>.</p>	<p>A nova redação deste artigo, no que se refere à reeleição, <b>no máximo por dois períodos consecutivos</b>, poder-se-ia entender-se como período da primeira eleição, mais dois períodos, gerando uma dúvida.</p> <p>A nova redação foi definido que é o período da eleição e mais um, o da reeleição (um período consecutivo).</p> <p>Também, acrescentou-se a possibilidade da <b>rotatividade dos candidatos nos cargo</b>, a fim de regularizar situações corriqueiras por inexistir novas chapas dispostas a concorrer a novos pleitos.</p>

Artigo 18º - Não serão remunerados, de nenhuma forma, os cargos da administração. A <b>Associação</b> também não distribuirá lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma, título ou pretexto; de outra parte, não remeterá nenhum numerário ou valor para fora do país.	Artigo 18º - Não serão remunerados, de nenhuma forma, os cargos da administração. A <b>Sociedade</b> também não distribuirá lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou sócios, sob nenhuma forma, título ou pretexto; de outra parte, não remeterá nenhum numerário ou valor para fora do país.	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).
	<b>CAPITULO IV</b> <b>Da Assembléia Geral: Disposições e Ritos Deliberativos.</b>	Adequação realizada em razão do Art. 54, do Código Civil Brasileiro, para melhor orientar ao leitor.
Artigo 19º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral, bianualmente, na primeira quinzena do mês de dezembro dos anos ímpares e empossados na primeira quinzena de janeiro dos anos pares.	Artigo 19º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral, bianualmente, na primeira quinzena do mês de dezembro dos anos ímpares e empossados na primeira quinzena de janeiro dos anos pares.	Não houve nenhuma alteração
Artigo 20º - Para conduzir o processo eletivo será designada, pela Assembléia Geral, uma comissão eleitoral, composta de três membros dentre os associados da Associação. § 1º - A Comissão Eleitoral tem seu mandato iniciado sessenta dias antes da data da eleição e se encerra com a posse	Artigo 20º - Para conduzir o processo eletivo será designada, na primeira quinzena do mês de outubro, dos anos ímpares, pela Assembleia Geral, uma comissão eleitoral, composta de três membros dentre os sócios efetivos da Sociedade. § 1º - A Comissão Eleitoral tem seu mandato iniciado sessenta dias antes da data da	Não houve nenhuma alteração

da nova diretoria. § 2º - Os membros da Comissão Eleitoral não poderão concorrer a cargo eletivo naquele biênio.	eleição e se encerra com a posse da nova diretoria. § 2º - Os membros da Comissão Eleitoral não poderão concorrer a cargo eletivo naquele biênio.	
Artigo 21º - À Comissão Eleitoral compete: a) escolher entre os seus membros um coordenador que será também o Relator da Comissão; b) tomar as decisões sempre por maioria; c) redigir e afixar editais de convocação eleitoral e informes de chapas registradas; d) receber, até a primeira quinzena de novembro do ano eleitoral, as chapas que lhe forem enviadas pelos associados, para o devido exame e registro; e) apurar o resultado da eleição e proclamar os eleitos; f) presidir o ato de posse dos eleitos; g) providenciar para a impressão das cédulas eleitorais.	Artigo 21º - À Comissão Eleitoral compete: a) escolher entre os seus membros um coordenador que será também o Relator da Comissão; b) tomar as decisões sempre por maioria; c) redigir e afixar editais de convocação eleitoral e informes de chapas registradas; d) receber, até a primeira quinzena de novembro do ano eleitoral, as chapas que lhe forem enviadas pelos sócios, para o devido exame e registro; e) apurar o resultado da eleição e proclamar os eleitos; f) presidir o ato de posse dos eleitos; g) providenciar para a impressão das cédulas eleitorais.	Não houve nenhuma alteração
Artigo 22º - As atividades da <b>Associação</b> se processarão através dos seus respectivos Departamentos, criados especialmente para atender as atividades espíritas.	Artigo 22º - As atividades da <b>Sociedade</b> se processarão através das suas respectivas <b>Áreas</b> , criadas especialmente para atender as atividades espíritas.	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).
Artigo 23º - Na amplitude das atividades da Associação, a Diretoria poderá criar, desdobrar, aglutinar ou extinguir	Artigo 23º - Na amplitude das atividades da <b>Sociedade</b> , a Diretoria poderá criar desdobrar, aglutinar ou extinguir <b>Áreas</b> .	A nova redação do artigo 23º, considerou-se <b>Área em substituição a Departamento</b> , para atividade a fins e específica de

<p><b>Departamentos.</b></p> <p>§ 1º - Os <b>Departamentos</b> serão dirigidos por um Diretor designado pelo Presidente;</p> <p>§ 2º - É permitida a acumulação de cargo de <b>Diretor de Departamento</b> com outro de Diretoria;</p> <p>§ 3º - O Regimento Interno disporá quanto à constituição e atribuições específicas dos Departamentos.</p>	<p>§ 1º - As <b>Áreas</b> serão dirigidas por um <b>Coordenador</b> designado pelo Presidente;</p> <p>§ 2º - É permitida a acumulação de cargo de <b>Coordenador de Área</b> com outro de Diretoria;</p> <p>§ 3º - O Regimento Interno disporá quanto à constituição e atribuições específicas das <b>Áreas</b>.</p>	<p>determinada ação, por entender que o termo área é mais abrangente, logo, para desenvolver as atividades denominou-se <b>Coordenadores e substituição a Diretores</b>.</p>
	<p><b>CAPITULO V</b></p> <p><b>Da Diretoria: Constituição, Atribuições e Deveres.</b></p>	<p>Adequação realizada em razão do Art. 54, do Código Civil Brasileiro, para melhor orientar ao leitor.</p>
<p>Artigo 24º - Constituem atribuições da Diretoria: a) executar o programa social; b) cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal e resolver casos omissos; c) elaborar regulamentos, regimentos internos e normas dos <b>Departamentos</b>, reformando-os quando necessário; d) deliberar sobre propostas de admissão de <b>associados</b> e sobre suspensão e exclusão do quadro social; e) impor, comutar, cancelar penalidades, na forma prevista no Estatuto e demais disposições regimentais em vigor; f) conceder isenção de mensalidades, vencidas e vincendas, a</p>	<p>Artigo 24º - Constituem atribuições da Diretoria: a) executar o programa social; b) cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal e resolver casos omissos; c) elaborar regulamentos, regimentos internos e normas das <b>Áreas</b>, reformando-os quando necessário; d) deliberar sobre propostas de admissão de <b>sócios</b> e sobre suspensão e exclusão do quadro social; e) impor, comutar, cancelar penalidades, na forma prevista no Estatuto e demais disposições regimentais em vigor; f) conceder isenção de mensalidades, <b>vencidas e vincendas, a sócios</b> declaradamente sem recursos; g) criar <b>serviços</b> indispensáveis à execução e</p>	<p>A nova redação, como já observado, substituiu <b>Departamento</b> por <b>Área</b> e adotou <b>Sócio / Sociedade</b>, em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).</p>

<p><b>associados</b> declaradamente sem recursos; g) criar serviços indispensáveis à execução e ampliação dos trabalhos, designando os respectivos titulares; h) reunir-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou por solicitação da maioria dos seus membros, ou do Conselho Fiscal; i) nomear e dispensar empregados, determinando-lhes obrigações e fixando-lhes salários; j) estipular a contribuição mensal dos associados de qualquer categoria, sempre que a situação o recomendar; k) convocar a Assembleia Geral; Parágrafo Único – As decisões da Diretoria serão tomadas em regime de colegiado.</p>	<p>ampliação dos trabalhos, designando os respectivos titulares; h) reunir-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou por solicitação da maioria dos seus membros, ou do Conselho Fiscal; i) nomear e dispensar empregados, determinando-lhes obrigações e fixando-lhes salários; j) estipular a contribuição mensal dos sócios de qualquer categoria, sempre que a situação o recomendar; k) convocar a Assembleia Geral; Parágrafo Único – As decisões da Diretoria serão tomadas em regime de colegiado.</p>	
<p>Artigo 25º - Constituem deveres e atribuições do Presidente: a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e os regulamentos da Associação; b) presidir as sessões da Diretoria; c) convocar a Assembleia Geral e presidi-la, salvo quando se tratar de julgamento de ato seu ou da Diretoria, quando, então, o plenário elegerá o dirigente da assembleia, que não poderá ser componente da Diretoria; d) apresentar à Assembleia Geral, anualmente o relatório dos</p>	<p>Artigo 25º - Constituem deveres e atribuições do Presidente: a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e os regulamentos da Sociedade; b) presidir as sessões da Diretoria; c) convocar a Assembleia Geral e presidi-la, salvo quando se tratar de julgamento de ato seu ou da Diretoria, quando, então, o plenário elegerá o dirigente da assembleia, que não poderá ser componente da Diretoria; d) apresentar à Assembleia Geral, anualmente o relatório dos trabalhos e das contas da Sociedade; e) enviar</p>	<p>Não houve nenhuma alteração</p>

<p>trabalhos e das contas da Associação; e) enviar à Federação Espírita do Rio Grande do Sul a nominata dos membros da Diretoria, sempre que houver alteração; f) nomear, quando impossibilitado, representante da Associação nos atos em que ele deva comparecer; g) rubricar todos os livros e papéis de importância da Associação e assinar, com o tesoureiro, cheques para a retirada de fundos; h) regular, com a Diretoria, as despesas gerais da Associação, assim como ordenar as despesas imprevistas, nos limites fixados pela Diretoria; i) representar a Associação ativa e passiva, judicial ou extrajudicialmente, nas suas relações com terceiros; j) nomear seus auxiliares para os cargos da administração; k) receber reclamações, interpelações, protestos ou requerimentos e defesas, desde que estejam em termos, dando-lhes seguimento dentro dos limites estatuídos; l) no caso de vacância do cargo de Vice-Presidente da Associação, convocar Assembléia Geral para a eleição do novo titular, caso falem mais de seis meses para a conclusão do mandato; m) convocar o Conselho Consultivo.</p>	<p>à Federação Espírita do Rio Grande do Sul a nominata dos membros da Diretoria, sempre que houver alteração; f) nomear, quando impossibilitado, representante da Sociedade nos atos em que ele deva comparecer; g) rubricar todos os livros e papéis de importância da Sociedade e assinar, com o tesoureiro, cheques para a retirada de fundos; h) regular, com a Diretoria, as despesas gerais da Sociedade, assim como ordenar as despesas imprevistas, nos limites fixados pela Diretoria; i) representar a Sociedade ativa e passiva, judicial ou extrajudicialmente, nas suas relações com terceiros; j) nomear seus auxiliares para os cargos da administração; k) receber reclamações, interpelações, protestos ou requerimentos e defesas, desde que estejam em termos, dando-lhes seguimento dentro dos limites estatuídos; l) no caso de vacância dos cargos de Vice-Presidentes da Sociedade, convocar Assembléia Geral para a eleição de novo titular para o cargo vago, caso falem mais de seis meses para a conclusão do mandato; m) convocar o Conselho Consultivo.</p>	
---	---	--



<p>Artigo 26º - Compete <b>ao Vice-Presidente</b>:</p> <p>a) substituir o Presidente nos seus impedimentos temporários e auxiliá-lo nos seus encargos;</p> <p>b) no caso de vacância do cargo de Presidente da Associação, cumprir o disposto no parágrafo 2º do artigo 14.</p>	<p>Artigo 26º - Compete <b>aos Vice-Presidentes Doutrinário, de Assistência Social ou Administrativo</b>, na forma estabelecida neste Estatuto e Regimento Interno:</p> <p>a) substituir o Presidente nos seus impedimentos temporários e auxiliá-lo nos seus encargos;</p> <p>b) no caso de vacância do cargo de Presidente da Sociedade, cumprir o disposto no parágrafo 2º do artigo 14.</p>	<p>A nova redação, em consequência da modificação proposta no artigo 14º, a Diretoria da SEBMV passa a ser constituída de Presidente e <b>três Vice-Presidentes</b> (Doutrinário, de Assistência Social e Administrativo), modificou-se também, o artigo 26º.</p>
<p>Artigo 27º - Constituem deveres do 1º Secretário: a) organizar e dirigir os trabalhos da Secretaria; b) assumir a Presidência da Associação no duplo impedimento do Presidente e do <b>Vice-Presidente</b>, procedendo conforme estabelece o § 2º do artigo 14; c) receber a correspondência endereçada à Associação e apresentá-la ao Presidente com as informações de que dispuser; d) redigir e submeter à assinatura do Presidente a correspondência a ser expedida, podendo assinar aquelas de que tenha recebido delegação; e) secretariar as reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo, redigindo as respectivas atas, para posterior apreciação e assinatura; f) providenciar a divulgação, na imprensa e no recinto da instituição dos</p>	<p>Artigo 27º - Constituem deveres do 1º Secretário: a) organizar e dirigir os trabalhos da Secretaria; b) assumir a Presidência da Sociedade no duplo impedimento do Presidente e dos <b>Vice-Presidentes</b>, procedendo conforme estabelece o § 2º do artigo 14 deste Estatuto e do Regimento Interno; c) receber a correspondência endereçada à Sociedade e apresentá-la ao Presidente com as informações de que dispuser; d) redigir e submeter à assinatura do Presidente a correspondência a ser expedida, podendo assinar aquelas de que tenha recebido delegação; e) secretariar as reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo, redigindo as respectivas atas, para posterior apreciação e assinatura; f) providenciar a divulgação, na imprensa e no recinto da instituição dos editais, convites,</p>	<p>A nova redação, em consequência da modificação proposta no artigo 14º, a Diretoria da SEBMV passa a ser constituída de Presidente e <b>três Vice-Presidentes</b> (Doutrinário, de Assistência Social e Administrativo), modificou-se também, o artigo 27º.</p>

editais, convites, convocações, avisos e notícias, de conformidade com a lei ou decisões da Diretoria.	convocações, avisos e notícias, de conformidade com a lei ou decisões da Diretoria.	
Artigo 28º - Constituem deveres do 2º Secretário: a) substituir o 1º Secretário nos seus impedimentos e auxiliá-lo em tudo o que lhe for possível; b) organizar o cadastro de associados, mantendo-o rigorosamente em dia, fornecendo ao Tesoureiro os dados necessários para a cobrança das mensalidades; d) dirigir o serviço de estatística da Associação.	Artigo 28º - Constituem deveres do 2º Secretário: a) substituir o 1º Secretário nos seus impedimentos e auxiliá-lo em tudo o que lhe for possível; b) organizar o cadastro de sócios, mantendo-o rigorosamente em dia, fornecendo ao Tesoureiro os dados necessários para a cobrança das mensalidades; d) dirigir o serviço de estatística da Sociedade.	Não houve nenhuma alteração
Artigo 29º - Constituem deveres do 1º Tesoureiro: a) promover a arrecadação da receita e pagar as despesas autorizadas pelo Presidente; b) receber e escriturar quaisquer bens oferecidos à Associação, arbitrando o respectivo valor; c) organizar e manter escriturado, em dia e em ordem, o Livro Caixa, tendo sob sua guarda e responsabilidade o respectivo saldo, recolhendo-o a estabelecimento bancário de reconhecido crédito, quando superior ao limite estabelecido pela Diretoria; d) assinar, com o Presidente, cheques, ordens de pagamento, bem como quaisquer documentos relativos a	Artigo 29º - Constituem deveres do 1º Tesoureiro: a) promover a arrecadação da receita e pagar as despesas autorizadas pelo Presidente; b) receber e escriturar quaisquer bens oferecidos à Sociedade, arbitrando o respectivo valor; c) organizar e manter escriturado, em dia e em ordem, o Livro Caixa, tendo sob sua guarda e responsabilidade o respectivo saldo, recolhendo-o a estabelecimento bancário de reconhecido crédito, quando superior ao limite estabelecido pela Diretoria; d) assinar, com o Presidente, cheques, ordens de pagamento, bem como quaisquer documentos relativos a operações financeiras;	Não houve nenhuma alteração

operações financeiras; e) apresentar à Diretoria, mensalmente, balancete de movimento de receitas e despesas e, no fim do ano, um demonstrativo geral de balanço; f) prestar todas as informações relativas à receita e às despesas da Associação, quando solicitado pelo Presidente ou por qualquer membro da Diretoria; g) relacionar, anualmente, todos os bens móveis e imóveis da Associação, de modo a se conhecer, a qualquer momento, o valor real de cada um deles.	e) apresentar à Diretoria, mensalmente, balancete de movimento de receitas e despesas e, no fim do ano, um demonstrativo geral de balanço; f) prestar todas as informações relativas à receita e às despesas da Sociedade, quando solicitado pelo Presidente ou por qualquer membro da Diretoria; g) relacionar, anualmente, todos os bens móveis e imóveis da Sociedade, de modo a se conhecer, a qualquer momento, o valor real de cada um deles.	
Artigo 30º - São deveres do 2º Tesoureiro: a) substituir o 1º Tesoureiro nos seus impedimentos e auxiliá-lo em tudo o que lhe for possível; b) promover a cobrança das mensalidades dos associados; c) propor à Diretoria pessoa de sua confiança para o encargo de cobrador; d) apresentar à Diretoria, trimestralmente, a relação dos associados em atraso de pagamento das mensalidades, demissionários, desencarnados ou com endereços desconhecidos.	Artigo 30º - São deveres do 2º Tesoureiro: a) substituir o 1º Tesoureiro nos seus impedimentos e auxiliá-lo em tudo o que lhe for possível; b) promover a cobrança das mensalidades dos sócios; c) propor à Diretoria pessoa de sua confiança para o encargo de cobrador; d) apresentar à Diretoria, trimestralmente, a relação dos sócios em atraso de pagamento das mensalidades, demissionários, desencarnados ou com endereços desconhecidos.	Não houve nenhuma alteração
Artigo 31º - Constituem atribuições dos <b>Diretores de Departamentos:</b> a) a operacionalização das atividades específicas de sua área de ação,	Artigo 31º - Constituem atribuições dos <b>Coordenadores de Áreas:</b> a) a operacionalização das atividades específicas de sua área de ação,	A nova redação do artigo 31, considerou-se <b>Área em substituição a Departamento</b> , para as atividade a fins e específica de determinada ação, por entender que o

especificadas no Regimento Interno; b) a indicação, substituição e dispensa dos seus respectivos auxiliares e colaboradores, submetendo-as à aprovação do Presidente.	especificadas no Regimento Interno; b) a indicação, substituição e dispensa dos seus respectivos auxiliares e colaboradores, submetendo-as à aprovação do Presidente.	termo área é mais abrangente, logo, para desenvolver as atividades denominou-se <b>Coordenadores e substituição a Diretores.</b>
Artigo 32º - O Conselho Fiscal é o órgão de controle econômico e financeiro da instituição, constituído por três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos e empossados pela Assembléia Geral. § 1º - Nos impedimentos de membro efetivo será convocado o suplente mais antigo na Associação; § 2º - Os membros do Conselho Fiscal escolherão entre si um coordenador.	Artigo 32º - O Conselho Fiscal é o órgão de controle econômico e financeiro da instituição, constituído por três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos e empossados pela Assembléia Geral. § 1º - Nos impedimentos de membro efetivo será convocado o suplente mais antigo na Sociedade; § 2º - Os membros do Conselho Fiscal escolherão entre si um coordenador.	Não houve nenhuma alteração
Artigo 33º - Compete ao Conselho Fiscal: a) examinar a gestão financeira da Associação, emitindo parecer sobre as respectivas contas, antes de a Diretoria submetê-las à apreciação da Assembléia Geral; b) reunir-se sempre que necessário.	Artigo 33º - Compete ao Conselho Fiscal: a) examinar a gestão financeira da Sociedade, emitindo parecer sobre as respectivas contas, antes de a Diretoria submetê-las à apreciação da Assembleia Geral; b) reunir-se sempre que necessário.	Não houve nenhuma alteração
	<b>CAPITULO VI Da Assembléia Geral.</b>	Adequação realizada em razão do Art. 54, do Código Civil Brasileiro, para melhor orientar ao leitor.

Artigo 34º - A Assembléia Geral, poder supremo de última instância da <b>Associação</b> , constitui-se pelos associados em pleno exercício de seus direitos, e tem poderes de ratificar, alterar ou anular qualquer ato da administração, assim como tomar quaisquer deliberações em conformidade com este Estatuto e com as leis em vigor.	Artigo 34º - A Assembleia Geral, poder supremo de última instância da <b>Sociedade</b> , constitui-se pelos sócios em pleno exercício de seus direitos, e tem poderes de ratificar, alterar ou anular qualquer ato da administração, assim como tomar quaisquer deliberações em conformidade com este Estatuto e com as leis em vigor.	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).
Artigo 35º - A Assembléia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente, mediante edital que determinará o local, data e hora da reunião, devendo ser afixado em local visível na sede da Associação, com oito dias de antecedência, no mínimo.	Artigo 35º - A Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente, mediante edital que determinará o local, data e hora da reunião, devendo ser afixado em local visível na sede da Sociedade, com oito dias de antecedência, no mínimo.	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).
Artigo 36º - A Assembléia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Presidente ou por um quinto dos associados, na forma do artigo 6º, letra “c” deste Estatuto. § 1º - A instalação da Assembléia Geral se fará, em primeira convocação, na hora marcada no respectivo edital, devendo a lista de presença acusar a assinatura da maioria dos associados em condições de votar; em segunda, meia hora depois, com	Artigo 36º - A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Presidente ou por um quinto dos sócios, na forma do artigo 6º, letra “c” deste Estatuto. § 1º - A instalação da Assembleia Geral se fará, em primeira convocação, na hora marcada no respectivo edital, devendo a lista de presença acusar a assinatura da maioria dos sócios em condições de votar; em segunda, meia hora depois, com qualquer número, respeitando o que determinam os	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).

<p>qualquer número, respeitando o que determinam os artigos 42 e 44.</p> <p>§ 2º - Quando se tratar da destituição dos administradores ou da alteração do Estatuto será exigido o voto concorde de dois terços dos associados presentes à assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.</p>	<p>artigos 42 e 44.</p> <p>§ 2º - Quando se tratar da destituição dos administradores ou da alteração do Estatuto será exigido o voto concorde de dois terços dos sócios presentes à assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação sem a maioria absoluta dos <b>sócios</b>, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.</p>	
<p>Artigo 37º - A Assembléia Geral deliberará por maioria simples de votos, respeitadas as exceções previstas, e tem competência privativa para:</p> <p>I – eleger os membros da Diretoria;</p> <p>II – reformar o Estatuto;</p> <p>III – decidir os recursos de atos da Diretoria;</p> <p>IV – autorizar a gravação ou alienação dos bens imóveis e a consequente destinação dos respectivos valores;</p> <p>V – resolver assuntos constantes de requerimentos assinados pela Diretoria ou por um quinto dos associados;</p> <p>VI – votar a dissolução da associação;</p> <p>VII – aprovar as contas da <b>associação</b>;</p> <p>VIII – resolver outras ocorrências de excepcional relevância;</p>	<p>Artigo 37º - A Assembleia Geral deliberará por maioria simples de votos, respeitadas as exceções previstas, e tem competência privativa para:</p> <p>I – eleger os membros da Diretoria;</p> <p>II – reformar o Estatuto;</p> <p>III – decidir os recursos de atos da Diretoria;</p> <p>IV – autorizar a gravação ou alienação dos bens imóveis e a consequente destinação dos respectivos valores;</p> <p>V – resolver assuntos constantes de requerimentos assinados pela Diretoria ou por um quinto dos sócios;</p> <p>VI – votar a dissolução da <b>Sociedade</b>;</p> <p>VII – aprovar as contas da <b>Sociedade</b>;</p> <p>VIII – resolver outras ocorrências de excepcional relevância;</p> <p>IX – destituir os administradores.</p>	<p><b>Sócio / Sociedade</b>, em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).</p>

IX – destituir os administradores.  Parágrafo Único: Para as deliberações a que se referem os incisos II e IX é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para este fim.	Parágrafo Único: Para as deliberações a que se referem os incisos II e IX é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para este fim.	
Artigo 38º - Em se tratando de gravar ou alienar patrimônio imóvel, a lista de presenças deverá acusar a assinatura de dois terços, no mínimo, dos <b>associados</b> .	Artigo 38º - Em se tratando de gravar ou alienar patrimônio imóvel, a lista de presenças deverá acusar a assinatura de dois terços, no mínimo, dos <b>sócios</b> .	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).
Artigo 39º - No caso de extinção da <b>associação</b> por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, será necessária a presença de quatro quintos dos associados. Parágrafo Único – A dissolução não se efetivará desde que assim o entendam três associados efetivos em pleno gozo de seus direitos associativos, que assumam o compromisso de promoverem a sua manutenção.	Artigo 39º - No caso de extinção da <b>Sociedade</b> por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, será necessária a presença de quatro quintos dos sócios. Parágrafo Único – A dissolução não se efetivará desde que assim o entendam três sócios efetivos em pleno gozo de seus direitos associativos, que assumam o compromisso de promoverem a sua manutenção.	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).
Artigo 40º - As eleições serão feitas por escrutínio secreto, votando somente os associados em gozo de seus direitos, não sendo permitido o voto por procuração. Parágrafo Único – No caso de empate,	Artigo 40º - As eleições serão feitas por escrutínio secreto, votando somente os sócios em gozo de seus direitos, não sendo permitido o voto por procuração. Parágrafo Único – No caso de empate,	Não houve nenhuma alteração



realizar-se-á nova eleição, persistindo o empate, far-se-á sorteio, na forma que for decidida em plenário.	realizar-se-á nova eleição, persistindo o empate, far-se-á sorteio, na forma que for decidida em plenário.	
Artigo 41º - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á: a) na primeira quinzena de março para apreciar o relatório e as contas da administração; b) bianalmente para a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal.	Artigo 41º - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á: a) na primeira quinzena de março para apreciar o relatório e as contas da administração; b) bianalmente para a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal;	Não houve nenhuma alteração
Artigo 42º - As reuniões da Assembléia Geral obedecerão às seguintes normas de funcionamento: a) ao Presidente da Associação incumbe a direção dos trabalhos, desde que não se discuta ato seu ou da Diretoria; quando for este o caso, os presentes escolherão entre si o dirigente da reunião (que não poderá ser componente da Diretoria), o qual escolherá o secretário; b) ao Presidente incumbe verificar a presença do número legal para declarar instalada a Assembléia; c) nenhuma proposta referente a alterações estatutárias será submetida à apreciação e ao voto da assembléia sem antes ter sido divulgada, a fim de que os sócios possam tê-la estudado previamente; d) os membros da Diretoria não votarão quando da apreciação de atos deles emanados; e) a Assembléia somente tratará dos	Artigo 42º - As reuniões da Assembleia Geral obedecerão às seguintes normas de funcionamento: a) ao Presidente da Sociedade incumbe a direção dos trabalhos, desde que não se discuta ato seu ou da Diretoria; quando for este o caso, os presentes escolherão entre si o dirigente da reunião (que não poderá ser componente da Diretoria), o qual escolherá o secretário; b) ao Presidente incumbe verificar a presença do número legal para declarar instalada a Assembléia; c) nenhuma proposta referente a alterações estatutárias será submetida à apreciação e ao voto da assembleia sem antes ter sido divulgada, a fim de que os sócios possam tê-la estudado previamente; d) os membros da Diretoria não votarão quando da apreciação de atos deles emanados; e) a Assembleia somente tratará dos assuntos que determinem a sua convocação; f) as deliberações da Assembleia	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).

assuntos que determinem a sua convocação; f) as deliberações da Assembleia Geral sobre recursos de qualquer espécie, sobre aplicação do patrimônio ou modificações na organização básica da <b>Associação</b> , deverão ser tomadas por escrutínio secreto.	Geral sobre recursos de qualquer espécie, sobre aplicação do patrimônio ou modificações na organização básica da <b>Sociedade</b> , deverão ser tomadas por escrutínio secreto.	
	<b>CAPITULO VII</b> <b>Do Patrimônio e das Fontes de Recursos.</b>	Adequação realizada em razão do Art. 54, do Código Civil Brasileiro, para melhor orientar ao leitor.
Artigo 43º - O patrimônio da <b>Associação</b> é representado por bens imóveis, móveis, títulos, direitos, dinheiro e quaisquer outros valores de curso legal no país.	Artigo 43º - O patrimônio da <b>Sociedade</b> é representado por bens imóveis, móveis, títulos, direitos, dinheiro e quaisquer outros valores de curso legal no país.	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).
Artigo 44º - O patrimônio imóvel não poderá ser gravado ou alienado no todo ou em parte, a não ser que delibere em contrário a Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada, que contar com a presença de dois terços dos associados, preenchidos ainda, todos os requisitos estatutários.	Artigo 44º - O patrimônio imóvel não poderá ser gravado ou alienado no todo ou em parte, a não ser que delibere em contrário a Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada, que contar com a presença de dois terços dos sócios, preenchidos ainda, todos os requisitos estatutários.	Não houve nenhuma alteração

<p>Artigo 45º - Em caso de ser extinta a <b>Associação</b>, seja por decisão da Assembléia Geral Extraordinária ou por sentença judicial, o patrimônio, cumpridos os compromissos legais, reverterá em benefício de uma entidade espírita designada pela Assembléia, desde que seja filiada à Federação Espírita do Rio Grande do Sul e que não esteja submetida a penalidades instituídas pelo estatuto da FERGS.</p> <p>Parágrafo Único – Na hipótese referida neste artigo, a Assembléia poderá, opcionalmente, destinar o patrimônio à Federação Espírita do Rio Grande do Sul.</p>	<p>Artigo 45º - Em caso de ser extinta a <b>Sociedade</b>, seja por decisão da Assembleia Geral Extraordinária ou por sentença judicial, o patrimônio, cumpridos os compromissos legais, reverterá em benefício de uma entidade espírita designada pela Assembleia, desde que seja filiada à Federação Espírita do Rio Grande do Sul e que não esteja submetida a penalidades instituídas pelo estatuto da FERGS.</p> <p>Parágrafo Único – Na hipótese referida neste artigo, a Assembleia poderá, opcionalmente, destinar o patrimônio à Federação Espírita do Rio Grande do Sul.</p>	<p><b>Sócio / Sociedade</b>, em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).</p>
<p>Artigo 46º - O presente Estatuto poderá ser reformado por decisão de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada, mediante iniciativa da Diretoria ou proposta da maioria dos associados, em petição dirigida ao Presidente da Associação, que convocará a Assembléia Geral dentro de quinze dias.</p> <p>Parágrafo Único – A reforma não poderá alterar, em essência, os fins da Associação e a idéia contida nos Artigos 38 e 39 deste estatuto.</p>	<p>Artigo 46º - O presente Estatuto poderá ser reformado por decisão de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada, mediante iniciativa da Diretoria ou proposta da maioria dos sócios, em petição dirigida ao Presidente da Sociedade, que convocará a Assembleia Geral dentro de quinze dias.</p> <p>Parágrafo Único – A reforma não poderá alterar, em essência, os fins da Sociedade e a ideia contida nos Artigos 38 e 39 deste estatuto.</p>	<p>Não houve nenhuma alteração</p>

Artigo 47º - São proibidas, no recinto da Associação, palestras ou manifestações de caráter político-partidário.	Artigo 47º - São proibidas, no recinto da Sociedade, palestras ou manifestações de caráter político-partidário.	Não houve nenhuma alteração
Artigo 48º – O conceito de <b>associado</b> em pleno gozo de seus direitos diz respeito àquele que não esteja submetido à penalidade de suspensão.	Artigo 48º – O conceito de <b>sócio</b> em pleno gozo de seus direitos diz respeito àquele que não esteja submetido à penalidade de suspensão.	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).
Artigo 49º - O <b>associado</b> não responde subsidiariamente pelas obrigações da Associação.	Artigo 49º - O <b>sócio</b> não responde subsidiariamente pelas obrigações da Sociedade	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).
Artigo 50º - O prazo de duração da <b>Associação</b> é indeterminado e o ano social coincide com o ano civil.	Artigo 50º - O prazo de duração da <b>Sociedade</b> é indeterminado e o ano social coincide com o ano civil.	<b>Sócio / Sociedade</b> , em razão da (derivação correta da língua – sociedade/sócio).
Artigo 51º - Os sócios cooperadores, previstos pelo Artigo 8º, parágrafo 2º, do Estatuto anterior, passarão a ser d e n o m i n a d o s <b>simplesmente colaboradores</b> .	Artigo 51º. Os sócios cooperadores, previstos pelo Artigo 8º, parágrafo 2º, do Estatuto anterior, passarão a ser denominado <b>colaborador</b> , conforme Art. 3º, parágrafo 1º, deste Estatuto.	A nova redação, <b>colaborador</b> torna-se uma categoria de sócio, sendo, portanto, o artigo 51º vinculado ao artigo 3º.

Artigo 52º - Este Estatuto, aprovado em reunião de Diretoria de 05 de dezembro de 2003, entra em vigor nesta data, revogando o Estatuto anterior, de 20 de junho de 1990.	Art. 52 - Este Estatuto, aprovado em reunião de Diretoria de ____/____/____, entra em vigor nesta data, revogando o Estatuto anterior, de 05/12/2003.	Consta de um espaço previsto para a data da AGE, que aprovará as reformas propostas. Cabe salientar que se faz necessário 2/3 de sócios efetivos.
---	---	---

**Averbado nos Serviços de Registros de Imóveis e Especiais de Viamão, Livro nº \_\_\_\_\_, fls. \_\_\_\_\_, em**

**Data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.**